

## Roteiro para relatório

Estado:

**ESPÍRITO  
SANTO**

Local e data;

**ADUFES**

Entidades participantes:

Sinasefe-IFES, SINTUFES,  
Fórum Permanente de  
Educação Inclusiva,  
MOVIMENTO NEGRO –  
CECUN, Movimento  
LGBT, Movimento  
Mulheres em Luta, Fórum  
de Mulheres, CDHH/Serra,  
Sindicato dos Jornalistas,  
Psol, Coletivo de Oposição  
Sindiupes pela Base,  
SINPRO, Sindical, Fórum  
Capixaba de Lutas Sociais,  
CEDH, Frente Estadual  
pelas Liberdades  
democráticas.

Número e perfil  
de participantes

556 prticipantes

**Eixos**

**Realidade local**

**Enfrentamentos  
realizados**

**Proposta para projeto classista e democrático de educação**

Conhecimento,  
Currículo e  
Avaliação  
Formação de  
trabalhadores  
da educação

## Universalização da Educação, Acesso e Permanência

- Necessidade de levantarmos informações e analisarmos os dados sobre a expansão da educação superior privada;
- Importância de não perdermos o horizonte da **luta** pela universalização da educação. Devemos também reconhecer a limitação que as cotas sociais e raciais, apesar de sua importância estratégica;
- Necessidade da creche para filhos de estudantes e profissionais da educação, em especial para estudantes da educação do campo (em janeiro, inclusive)
- Qual a situação a assistência estudantil? Necessidade de mais estudos sobre a utilização desses recursos de forma a conseguir mais controle social e reivindicar ampliação
- Criarte precisa de mais vagas e concursos. Muitos professores voluntários. Reserva de vagas para comunidade universitária é uma luta diária.
- Preocupação com os estágios no Hospital Universitário, cortes de contratos com escolas técnicas particulares (radiologia e outros) por gastos excessivos de materiais.
- Importância da alimentação para crianças na educação infantil. Educação integral não é realizada adequadamente. Falta de profissionais específicos para crianças com deficiência.
- Pauta unitária: Lutar contra o capitalismo, contra as desigualdades,

contra a privatização.

- Contra a substituição de profissionais contratados pelo serviço voluntário.

- Merendeiras cuidando da inclusão de crianças no ambiente escolar. Destacar o papel do profissional da educação.

- Diferença de atendimento entre as escolas da periferia e dos bairros da classe média. Dificuldade do atendimento às pessoas com deficiência.

- A descentralização dos recursos para as escolas gera desigualdades no fornecimento da merenda. A terceirização gera um distanciamento desses profissionais com o projeto da escola.

- Exigir a transparência do orçamento da educação e aumento dos recursos para alimentação que se demonstram insuficientes.

- Verba da assistência estudantil da Ufes está sendo utilizado para gastos com mão de obra terceirizada (RU) quando deveríamos contratar trabalhadores efetivos para essas funções. Os gastos com moradia também não constroem patrimônio para a Universidade.

- buscar estratégias para garantir o acompanhamento das demandas da educação para estudantes com deficiência (frágil acompanhamento na educação especial).

- Financiamento para as escolas de educação especial – retrocesso diante dos avanços das políticas públicas de inclusão social

- Definir com clareza o orçamento público para assistência estudantil dos IFES

- Substituição das bolsas administrativas para bolsas acadêmicas,

- Combater a transferência de recursos da educação para entidades filantrópicas

- Em defesa das políticas de acesso e permanência específicas para negros, indígenas, quilombolas, sujeitos do campo, e pessoas com

deficiência.

## Gestão/Organização do Trabalho Escolar

Fortalecimento da Frente estadual pelas Liberdades Democráticas  
Incluindo nos debates Qual é a nossa concepção de educação?

Qual é o projeto educativo que combatemos?

Qual é a nossa conceituação da educação?

O que de fato esperamos que os docentes façam em sala de aula?

O projeto político pedagógico deve ser construído pela própria escola.  
Mas a partir de quais instrumentos. Gestão de baixo para cima.

Quais são as ações da classe trabalhadora?

Eleições na gestão do ensino: como será na instância municipal,  
estadual e nas universidades e nos institutos federais.

A gestão das Unidade de Ensino no atual contexto tonou-se um campo  
de negociação em prol de obtenção de recursos orçamentários. Buscar  
trabalhar na Frente Estadual pelas Liberdade Democrática evitar tal  
forma que evite essa mercantilização no ensino.

Lutar pela garantia das eleições escolar de forma democrática nas  
instancias municipais, estaduais e nas Universidades e Instituto  
Federais;

Gestão/Organiz  
ação do  
Trabalho  
Escolar

LLL

Acesso a todos os profissionais da educação para se candidatar a direção, desde que tenham os pré-requisito exigido para o cargo.

Fortalecimento dos conselhos da escola, através da formação/qualificação.

Na luta estudantil fortalecimentos dos conselhos no grêmio estudantil.

Estimular o envolvimento/participação da comunidade escolar na gestão do ensino.

#### **Grupo: Questões étnico-raciais**

Após um período de discussões, o grupo reunido para discussão das questões raciais na terceira etapa preparatória para o III Encontro Nacional de educação no dia 20 de março de 2019 apresentou as seguintes conclusões:

1 – A sociedade brasileira é estruturalmente racista e esse racismo se reflete nas instituições públicas e privadas de ensino, como racismo institucional.

2 – É preciso que haja uma defesa permanente não por uma educação não-racista, mas sim por uma educação antirracista. Apenas uma educação antirracista pode promover a superação do racismo estrutural brasileiro.

3 – O racismo reforça, alimenta e mascara a luta de classes no Brasil, justificando e sustentando, entre outras coisas, o genocídio da juventude negra promovido pelo Estado através de seus braços policiais, bem como paralelamente a ele.

Gênero,  
Sexualidade,  
Orientação  
Sexual e  
Questões  
Étnico-Raciais

4 – Uma vez que a educação não se desenvolve apenas dentro da sala de aula, é preciso compreender a escola como um todo e considerar TODOS os profissionais que atuam no ambiente escolar como essenciais ao processo educacional. Portanto, é preciso defender e lutar por uma formação antirracista para TODOS os profissionais e trabalhadores da educação.

5 – É indispensável lutar pela manutenção e ampliação para todas as políticas afirmativas atualmente em vigor, em especial a Lei de Cotas e as leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

6 – É necessário buscar mecanismos para garantir o acesso e a efetivação das cotas em especial com relação à especificidade dos concursos para professores universitários.

7 – Uma política de cotas que seja efetiva e realmente atenda negros e indígenas é primordial para o combate ao racismo e à desigualdade social gerada por ele. Por isso, é preciso ampliar o debate sobre as comissões de verificação de cotas, incluindo os movimentos sociais de negros e indígenas nas discussões.

8 – É necessário lutar pela ampliação de políticas e recursos específicos para permanência de alunos cotistas nas instituições públicas de ensino.

9 – É primordial compreender que os projetos conservadores que tomaram o poder e estão disputando o controle do país nesse momento se baseiam na manutenção dos privilégios de uma minoria branca e se apoiam no discurso religioso para justificar e defender diversas formas de preconceitos, em especial o racismo e a algofobia, além de atitudes violentas e discriminatórias que atacam as liberdades individuais. Portanto, é primordial que a luta por uma educação de qualidade e antirracista esteja atrelada à luta contra todo e qualquer projeto conservador, especialmente aqueles que ataquem a história, a cultura e a religiosidade negra.

### **Relatório Grupo de trabalho inclusão / pessoas com deficiência**

1. Que o ENE discuta os retrocessos na atualização da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
2. A necessidade de garantir o financiamento da educação, derrubando os cortes da EC 95/2016, a fim de garantir o acesso, a permanência e conclusão dos diversos públicos excluído do espaço educacional, especialmente das Universidades.
3. Que as IFES implementem suas políticas de acessibilidade com ações de curto, médio e longo prazo.
4. a Ampliação da oferta das disciplinas no campo da inclusão, contemplando outros cursos para além das licenciaturas.
5. Promover orientações às famílias para que possam conhecer e lutar pelos direitos das pessoas com deficiência, dando mais visibilidades às entidades, movimentos sociais e sindicatos.
6. Ter especial atenção ao adoecimento mental/sofrimento mental na sociedade capitalista.
7. Promover ações que favoreçam romper com a concepção de capacitismo, que oprime e discrimina as pessoas com deficiência.

### **GRUPO DE TRABALHO- INDÍGENAS**

## **PROPOSTAS APROVADAS:**

1- Apoiar no III ENE as 25 propostas aprovadas na II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, em 2018, com consolidação em uma política nacional de educação escolar indígena. As principais reivindicações são relacionadas a realização de concursos públicos para professores indígenas, garantia de infraestrutura nas escolas e valorização das línguas indígenas.

([http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site\\_id=975&pagina\\_id=21862&tipo=post&post\\_id=799](http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=799))

2- Exigir implementação da Lei 11.645/2008 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Com enfoque no ensino da História dos povos indígenas no Brasil e no Espírito Santo, bem como a criação de material didático atualizado e com produções de autores indígenas.

3- Promoção do acesso e permanência de estudantes indígenas nas universidades brasileiras, através de reservas de vagas e vestibulares diferenciados e na língua materna, moradia e assistência estudantil diferenciada de acordo com a especificidade étnica e regional.

4- Criação de legislação que promova a reserva de vagas em concursos públicos para indígenas como exemplo da Lei 12.990/2014 sobre a reserva de 20 por cento das vagas para negros.

5- Reivindicar e garantir criação escolas de ensino médio nas aldeias, especialmente nas comunidades de Aracruz no Espír

6- Fomentar a reserva de vagas na Universidade Federal do Espírito Santo através da criação de uma Política de Acesso e permanência, com negociação das vagas suplementares para indígenas e cálculo com impacto de vaga > 1 (maior que um).

7- Sugerir a criação de Coordenações Indígenas nas Secretarias Estaduais de Educação.



8- Fomentar criação de cursos de graduação indígena como a Licenciatura Intercultural Indígena e no Espírito Santo o programa Prolind da UFES se tornar um curso permanente de graduação na universidade.

#### **SUGESTÃO DE MOÇÃO:**

III ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- ETAPA ESTADUAL/ES, **CONTRA A MP 870/2019**, o qual transfere as Demarcações de terras indígenas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

#### **Grupo de Trabalho - LGBT**

##### **Encaminhamentos:**

1. Saúde LGBT: Fomentar o debate através da educação sobre saúde da comunidade LGBT à nível nacional com cartilhas educativas e informativas.
2. Incluir e incentivar a literatura que aborda temas LGBTs para o ensino regular num processo de desmistificação da vivência LGBT.
3. Fortalecer e estabelecer núcleos e secretarias de Direitos Humanos com políticas para a comunidade LGBT nas Universidades Federais.
4. Estabelecer amparo psicológico junto à assistência social das instituições de ensino, a partir das PROAECIS.
5. Criação de um núcleo que pense o pólo de saúde, permanência e assistência aos LGBTs em situação de vulnerabilidade social.

## 6. Moradia:

- Fazer um levantamento de Universidades Federais que já tem moradia estudantil que assista aos estudantes LGBTs e como é a vivência nesses ambientes;
- Levantamento dos terrenos e prédios ociosos das Universidades Federais do Brasil para a construção da moradia estudantil;
- Política de segurança universitária e de conscientização à toda comunidade acadêmica sobre os corpos das pessoas LGBTs;
- ∞ Criação de uma política de “cotas” para os LGBTs que foram expulsos de casa.

## **GRUPO – Mulheres**

### **Pautas propostas:**

1. Garantir na formação de professores (desde professores do ensino infantil) o debate de gênero.
2. Garantir o debate de gênero nos projetos pedagógicos dos cursos/escola desde o ensino infantil.
3. Garantir o acesso permanência – creches em tempo integral (contratação de profissionais por meio de concurso público e não terceirização de serviço; crianças à partir dos 6 meses de idade). Estratégias para possibilitar a formação continuada na Pesquisa/Ciência
4. Segurança não militarizada e garantida também por meio de infraestrutura adequada (iluminação).

5. Mapear, criar campanhas e estratégias de enfrentamento ao assédio sexual na Universidade (mulheres estudantes, servidoras não-terceirizadas e terceirizadas).
6. Garantir o debate sobre Escola Sem Partido e Reforma da Previdência – Impactos na vida e trabalho das mulheres.
7. Garantir o debate sobre famílias, possibilitar a integração família e escola.
8. Inserir o debate de gênero nos cursos da área da saúde.
9. Reforçar a formação em gênero para docentes – inclusive para orientar pesquisas sobre o tema.
- 10 Implementar medidas nas instituições de ensino que garantam agilidade na apuração das denúncias de violência e assédio contra as mulheres e responsabilize os agressores.
11. Garantir a criação de espaços de enfrentamento e acolhimento de mulheres vítimas de assédio (todos os tipos) dentro da Universidade.
- 12 Construção de currículos em todos os cursos para que contemplem o debate de gênero
- 13 Questões relacionadas a linguagem nos sistemas – nomenclaturas de gênero (ex.: portal DO ALUNO).
- 14 Questões relacionadas a saúde mental na Universidade. (Pauta levantada, porém, sem propostas conclusivas.)
- 15 Defender o Estado e a educação laica.
- 16 Fortalecer a criação de coletivos de mulheres nos espaços da educação.
- 17 Fortalecer os Fóruns Escola sem Mordaça.
- 18 Defender a autonomia dos técnicos responsáveis pela elaboração da

prova do ENEM.

19 Lutar por políticas públicas de apoio às mulheres que denunciam seus companheiros, especialmente políticas de geração de emprego e renda.

20. Fortalecer a articulação da escola com a rede de serviços sociais públicos para encaminhar as demandas de estudantes e trabalhadores da educação

Eixo: Financiamento da Educação

- Aprovação de 10% do PIB para educação pública já.
- Revogação da emenda constitucional 95.
- Extinção das parcerias público-privadas na educação.
- Lutar pela auditoria da dívida pública.
- Contra a transferência de recursos da educação para iniciativa privada educacional (PROUNI, Pronatec, FIES, Nossa Bolsa)
- Projetos como Pronatec, Prouni, FIES são contraditórios pois tem um público beneficiado, porém fortalece uma concepção privatista da educação.
- Auditoria dos recursos públicos investidos no sistema S.
- Acompanhar as definições e as execuções orçamentárias exigindo-se transparência no cumprimento das metas, através de auditorias, tomando-se por base o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal.

Financiamento  
da Educação

Organização da

Classe  
Trabalhadora  
Outras  
informações  
relevantes